

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Inovação em Tecnologias Sociais: um campo aberto à Psicologia

Innovation in Social Technologies: an open field to Psychology

Paula Land Curi ¹, Carolina de Oliveira Armani², Lízia Paes Ramos Fiaux³, Julia Barreto Gonçalves Baptista⁴

1 Doutora em Psicologia. Docente da Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia. Niterói, RJ – paulalandcuri@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0003-4204-8785>.

2 Psicóloga. Fundação Municipal de Saúde de Niterói, Niterói, RJ, Brasil - carmani@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6014-8061>

3 Graduanda em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil - liziafiaux@id.uff.br / <https://orcid.org/0000-0003-2047-6623>.

4 Psicóloga. Mestranda IFF/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - juliagbbaptista@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-8705-8640>

Palavras-chave:
Tecnologia Social,
Cuidados, Violência
Sexual; Psicologia.

RESUMO: Este artigo pretende registrar uma experiência de Inovação em Tecnologia Social no campo da Psicologia, que tem como proposta refletir e intervir sobre a violência sexual contra a mulher, no município de Niterói -RJ, e tecer com mulheres redes potentes de cuidados a partir dos dispositivos e serviços que o município oferece no âmbito das políticas públicas para o enfrentamento e cultura da paz. Intenta não só dar visibilidade à experiência intitulada “Cuidando de mulheres expostas à violência sexual: empoderando mulheres e tecendo redes”, mas também introduzir, no âmbito da Psicologia, a relevância das chamadas Tecnologias Sociais (TS) e o seu modo de construção de conhecimento baseado em diretrizes como: participação da comunidade, escuta da demanda social, relevância e eficácia social, diálogo entre diferentes saberes, acessibilidade e apropriação das tecnologias, sustentabilidade econômica e inovação e construção cidadã do processo democrático. É uma aposta na potência das TS para a Psicologia.

Keywords:
Social Technology;
Care; Sexual
Violence;
Psychology.

ABSTRACT: This article aims to record an experience of innovation in social technology in the field of Psychology, which aims to reflect and interfere on sexual violence against woman, in the city of Niterói- RJ, and weave with women powerful networks of care, from the devices and services that the municipality offers in the context of public policies for the confrontation and peace culture. It aims not only to give visibility to the experience entitled “Caring for women exposed to sexual violence: empowering women and weaving networks, but also to introduce, in Psychology, the relevance of the so-called Social Technologies (ST) and their knowledge-based way of building in guidelines such as: community participation, listening to social demand, social relevance and effectiveness, dialogue between different knowledges, accessibility and appropriation of technologies, economic sustainability and innovation and citizen building of the democratic process. It is a bet on the potency of ST for Psychology

INTRODUÇÃO

O estupro vai além: é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres. É real e simbólico. Age em cada mulher vitimada, mas em todas as mulheres submetidas ao regime de dominação. (DINIZ, 2013)¹.

O presente trabalho registra uma experiência de Inovação em Tecnologia Social no campo da Psicologia, que teve como proposta intervir, no município de Niterói-RJ, sobre a violência sexual contra a mulher e tecer com mulheres redes potentes de cuidados, a partir dos dispositivos e serviços que o município oferece no âmbito das políticas públicas para o enfrentamento às violências e cultura da paz.

Através do relato de nossas experiências, objetivamos dar visibilidade à Tecnologia Social (TS) como ferramenta útil para o trabalho no âmbito das políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres. A partir de ações no território, pudemos não só construir relações dialógicas com as mulheres munícipes, saberes em duplas mãos, mas também expandir as fronteiras universitárias sobre os estudos de gênero e a psicologia – campo no qual nos inserimos.

A experiência intitulada "Cuidando da exposição à violência sexual: empoderando mulheres e tecendo redes" (2016-2020) visou, depois de um estudo diagnóstico e sistemático do campo, cuidar de mulheres, compreendendo que o cuidar convoca sempre descolamentos e deslocamentos de procedimentos puramente técnicos protocolarmente utilizados. Cuidar, neste sentido, é dar acesso à, é acolher, escutar empaticamente, assistir, estar com, na tecitura de uma rede singular que não se confunde com as redes formais constituídas para elas, porém sem elas.

A aposta de trabalho se sustentou em uma perspectiva de cuidado que se fundamentou no lugar dado às mulheres: o de protagonistas. E, somente, a partir de encontros, através de rodas de conversas e oficinas sobre violências de gênero contra as mulheres, nas unidades de saúde e de assistência social do município, que se fez possível convocar experiências múltiplas, situadas e encarnadas, de mulheres expostas à violência sexual, e tecer diálogos sobre a suas vivências concretas de mulheres, relações estabelecidas entre atores (humanos e não-humanos)² e suas redes (não) percorridas.

Somente após um longo caminhar, pudemos propositivamente buscar soluções criativas e coletivas - a exemplo da construção de uma cartilha digital - para os problemas com os quais nos deparamos.

¹ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-sexual/>

² A autora Annemarie Moll, em seu livro *The Logic of Care* (2008), sinaliza que para falar de cuidado precisamos articular múltiplos atores, humanos e não humanos. Os humanos são os profissionais, os familiares e até mesmo o próprio paciente. Os não-humanos podem ser expressos pelas tecnologias, aparelhos, instituições e inúmeros outros elementos que atuam sem “ser pessoa”. Marcada pela Teoria ator-rede, lembra-nos que o ator se define a partir do papel que desempenha, de sua repercussão e quanto efeito produz na sua rede, sentido que não se encerra no entendimento de atores como sendo unicamente pessoas, mas também, animais, coisas, objetos ou mesmo instituições.

Fato é que há quatro anos, entramos em uma trilha que nos era desconhecida. Sequer sabíamos o que era inovação em tecnologia social. Mas, efetivamente, foi através dela que percebemos que precisávamos aprender a trilhar.

Trilhar com as mulheres, junto delas, mas não por elas. Trilhar com as instituições públicas, com as quais tornamo-nos parceiros; trilhar com cuidado para o cuidado, passo a passo, entre diversas lógicas de cuidados que se apresentaram; trilhar na/pela psicologia, enquanto campo de saber e produção de conhecimento ao qual nos referimos – a despeito de seu silêncio, a pouco tempo quebrado, sobre as discussões de gênero e de violência contra a mulher.

Enfatizar as trilhas, nesta proposição, é poder dar lugar a caminhos estreitos e repletos de obstáculos; a caminhos que outrora foram deixados de lado, embora com alguns rastros delimitados. É seguir caminhos abertos por outros, mas também explorar novas possibilidades. Por fim, é poder trilhar visando a composição de uma melodia, um encantamento de sons, silêncios e vozes que entram em harmonia polifonicamente.

TRILHANDO NAS TECNOLOGIAS SOCIAIS (TS):

Começamos uma caminhada que, como todas, se iniciaria com um primeiro (e pequeno) passo. A trilha recém-descoberta indicava-nos uma única direção a ser seguida: em frente, nas Tecnologias Sociais!

De fato, estávamos em uma nova vereda, totalmente desconhecida. Sobre ela, pouco, ou quase nada, havíamos sequer escutado falar. Mas, mesmo sem saber exatamente do que se tratava, optamos pelo desbravamento. Não sabíamos, de antemão, se nosso percurso seria curto ou longo, muito menos quais ou quantos seriam os obstáculos que encontraríamos. A despeito das incertezas, claro ficou que não poderíamos mais recuar... E, por isso, embrenhados, submersos e abstraídos ficamos diante dos saberes-fazer psis que nos foram sendo apresentados e tornados possíveis.

Tecnologia Social (TS) foi conceituado pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS) como um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004³). Trata-se de uma metodologia que visa transformação da realidade social através de conhecimento - seja científico e/ou tecnológico -, a partir de seu encontro com saber local, através da democratização e da transversalidade de saberes, tendo como horizonte ações inovadoras.

Tal conceito foi elaborado a partir de características e parâmetros⁴, pois:

³ <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>

⁴ De acordo com o Caderno de Debates do ITS (ITS, 2004), os parâmetros são: a. Solucionar demandas sociais concretas vivenciadas pela comunidade; b. Tomar decisão de forma democrática com a mobilização e participação da comunidade; c. Contar com a participação da

a definição está pautada no processo participativo da comunidade, atrelando o conhecimento popular ao técnico-científico desenvolvido *no meio acadêmico*⁵, considerando o contexto social, econômico, político e cultural, de forma a elaborar soluções que promovam melhoria na qualidade de vida, sendo, portanto, uma tecnologia simples, de baixo custo e de fácil reaplicação para atender às demandas locais (RUTKOWSKI, 2005 *apud* DIAS, 2016, p. 32).

As dimensões que sustentam as TS são: o conhecimento em seu âmbito tecnológico e científico, a participação democrática da comunidade, a esfera educacional e relevância social da problemática a ser investigada/transformada. Elas são a "ponte entre as necessidades, os problemas e as soluções que a gente encontra" (ITS, 2004), tendo como ponto de partida sempre problemáticas sociais e como fim a geração de inovação na/para sociedade.

Rodrigues e Barbieri (2008) nos explicam, de forma breve, mas nem por isso imprecisa, que um dos conceitos de Tecnologia Social, que está muito em voga hoje em dia, é aquele que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Agregar valores, promover mudança cultural, transformação social, através da democratização, da interação, do empoderamento e da participação de diversos atores requerem formas também inovadoras de lidar com as realidades, respeitando às identidades e demandas locais.

Dias (2016) nos lembra que a universidade procura produzir conhecimento, estimular o pensamento crítico e formar profissionais, cidadãos e intelectuais influentes, constituindo-se, portanto, como instituição social - "instituição eminentemente social, cuja razão de ser é publicamente reconhecida e legitimada, na medida mesma em que se reporta o tempo todo à sociedade e ao Estado, à cultura, à política e à economia" (NOGUEIRA, 2004 *apud* DIAS, 2016, p.44). Contudo, lembra-nos também, com Chauí (2003), que "a universidade é uma instituição social e que como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo" (p.1). Deste modo, coloca em xeque o modo como a universidade, durante séculos, construiu conhecimento – dito científico/ técnico e, por isso, "neuro".

De algumas décadas para cá, vemos a universidade, sustentada em seu tripé-formativo - ensino-pesquisa-extensão-, demarcando o seu compromisso ético-político com a sociedade e com a democracia, fomentando a produção de conhecimentos engajados, situados e localizados, consonantes às demandas sociais. Eis como Dias (2016) compreende o lugar das tecnologias na formação universitária: "o ensino enquanto campo de preparação dos recursos

comunidade e de outros atores; d. Planejar e aplicar o conhecimento; e. Produzir novos conhecimentos decorrentes da prática; f. Promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma sustentável; g. Gerar multiplicadores que disseminarão novas experiências; h. Contribuir com a elaboração de soluções aperfeiçoando-as e disseminando-as. Ver: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>
⁵ Grifos nossos.

humanos que vão desenvolver as pesquisas para gerar tecnologias e aprimorá-las durante as atividades de extensão a partir do contato com a comunidade” (p.53).

Enquanto construção de saber psi, o que nos mobilizou e nos fez caminhar na direção das TS foi, exatamente, a trilha que se tornou possível percorrer junto com as mulheres. A possibilidade de se fazer ciência apostando no pesquisar COM e na construção de subjetividade marcada pelos atravessamentos locais e sociais.

Os rastros deixados pelos pesquisadores Marcia Moraes e Marcelo Ferreira, no livro intitulado *Políticas de Pesquisa em Psicologia Social* (2016), serviram como bússola, como um com-passo. Isso porque, como eles, inquietas estávamos, pelos “inequívocos laços entre método de pesquisa e política” (p. 11), e, conseqüentemente, fomos ativamente levadas a caminhar, rumando em direção à “defesa de que a ciência não atua e opera num mundo já preconcebido, mas, fundamentalmente, dá visibilidade a mundos tecidos e a modificações em curso num mundo do qual fazemos parte” (p.12).

O projeto em TS desenvolvido nos possibilitou experienciar a potência do fazer COM, evidenciando as dimensões que se entrecruzam e geram novas possibilidades, novos caminhos a serem trilhados.

Mas, como fizemos? Para alguns isso não seria importante, mas, a tecnologia social pressupõe reaplicabilidade. Logo, explicar os caminhos percorridos poderia ser útil para outras experiências. O ano de 2015 nos serviu de base para a nossa proposta. Um projeto foi apresentado e conseguiu ser aprovado. Se efetivamente ele era ou não de tecnologia social, ainda pairam dúvidas, mas, com certeza ele foi de grande valia. Ao seu término, tínhamos um retrato diagnóstico acerca da violência sexual em Niterói, um mapa de serviços que estavam “aptos” a acolher e assistir mulheres.

Estando com isso em mãos, no ano seguinte, a nossa opção seria mesmo de avançar, mas para isso teríamos que estar com mulheres e, para isso, nada mais relevante do que uma parceria entre o projeto em TS com um extensionista, cujo mote era exatamente às violências de gênero contra a mulher – Por que também temos que falar de violência?.

A experiência partilhada com a extensão nos permitiu estar com mulheres que eram usuárias do sistema público de saúde – UBS - e de assistência social – CRAS -, ou ainda que estavam em situação de acolhimento institucional. Mulheres, em sua maioria, negras, pobres e que viviam em áreas periféricas do município. Mulheres que, de algum modo e em certa medida, viviam situações de vulnerabilidade social e se contrapunham ao nosso grupo, branco e de classes mais favorecidas, com acesso à educação formal de nível superior.

Nossas atividades eram bem simples. Fazíamos oficinas de sensibilização das mulheres para as violências cotidianas sofridas pelas mulheres, para os enfrentamentos

diários, abrindo espaço para suas falas. Normalmente tínhamos algum tipo de material disparador, ou alguma proposição de dinâmica para fazer. Tudo visando a fala das mulheres, a escuta, uma das outras, e a nossa orientação, prioritária, de que a violência sexual demanda cuidados imediatos em saúde, como a anticoncepção de emergência e a quimioprofilaxia para HIV e outras ISTs⁶, em até 72h do fato ocorrido. Lembrávamos também que o aborto legal é direito para todas aquelas que ficam grávidas em consequência de estupro.

Durante todo o tempo deste trabalho, fizemos reuniões regulares com mulheres, usuárias dos sistemas acima citados, auxiliadas pelas parcerias interinstitucionais construídas. Da vontade de discutir violências de gênero contra as mulheres, com mulheres, em unidades e serviços, como forma de sensibilização tanto de usuárias como profissionais, nos deparamos com um cenário estarrecedor: a naturalização e banalização dos estupros sofridos, o que nos levou a querer tecer com o poder público caminhos compartilhados, visto que pudemos perceber claramente as falhas de um sistema repleto, inclusive, de violência institucionais, que culminavam em lançar as mulheres nas chamadas Rotas Críticas. Queríamos viabilizar transformação social. Esta era nossa intenção.

SOZINHAS NA TRILHA?

Havíamos escolhido percorrer caminhos ímprobos. Ao menos para nós! Foi isso que ficou claro passados os primeiros momentos. Tínhamos a nítida impressão que seria difícil dada a naturalização da violência sexual, o modo como as mulheres se referiam a ela. Houve, inclusive, um momento em que as mulheres se disseram achar bobeira conversar sobre estupro pois, nas palavras delas, todas que ali estavam haviam sido estupradas!

Mas, percebemos que, outrora, caminhos haviam sido desbravados, alguns até explorados. Havia claras marcações de como e por onde poderíamos, se quiséssemos, trilhar. Percebemos que, de fato, não estávamos sozinhas, mas que isso poderia não querer dizer muito. Sabíamos que há diversos tipos de trilhas e, talvez, ainda fosse bastante cedo para nomearmos a nossa. Isso porque trilhas são classificadas de diversas maneiras: por função, forma, grau de dificuldade, assim como pelos recursos disponíveis. Monitoradas ou autoguiadas? Esta seria a primeira questão!

Descobrimos, com o nosso trilhar, que havia uma história que precedia ao nosso encontro com as TS, que naquele tempo já dispunha de marco analítico conceitual. O Instituto de Tecnologia Social (ITS) havia sido criado, assim como o Centro Brasileiro de Referência em Tecnologia Social (CBRTS). Ou seja, muita coisa já estava (pro)posta!

⁶ Infecções Sexualmente Transmissíveis

Também não podíamos esquecer que a instituição de ensino a qual pertencemos há uma década, criara a sua Agência de Inovação, objetivando gerir a política de inovação da universidade, através da promoção da interação e aprendizado entre entes das esferas institucionais acadêmica, empresarial e governamental⁷. Além disto, em 2015, ano que iniciamos a trilha em curso, ela havia criado a Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais, visando incentivar desenvolvimento de TS, a partir não só da articulação entre pesquisadores, docentes, discentes e a comunidade acadêmica em geral, mas também da Extensão, do Ensino e da Pesquisa em favor de segmentos populacionais excluídos⁸.

Algo parecia nos indicar que entraríamos em uma trilha monitorada, mas, ao mesmo tempo, algo escapava e nos dizia que para que pudéssemos fazer uma travessia precisaríamos nos lançar em percursos alternativos (inesperados), autoguiados. Ou seja, precisávamos, ao mesmo tempo, permanecer dentro e fora da trilha!

Foi ao nos vermos diante da possibilidade de construção de um projeto em Inovação em TS, no seio universitário, que nos debruçamos em questões que nos eram caras e que nos atravessaram a ponto de propiciar a construção de uma proposta de experiência encarnada e de significativa relevância social: cuidar das mulheres expostas à violência sexual no município em que habitamos.

A violência sexual, enquanto violência de gênero, contada pelas mulheres a ela exposta se misturava a algumas questões que são pouco exploradas no âmbito da formação, em especial, da psicologia – a saber, gênero e violência. O muro simbólico que, de certo modo⁹, apartava a formação da sociedade, começava a apresentar suas rachaduras, ao mesmo tempo em que colocava a Psicologia, enquanto instituição de saber-poder, em xeque. O que a universidade pode fazer diante desta mazela? E a Psicologia?

Éramos mulheres universitárias interessadas em refletir com outras mulheres, com realidades por vezes bem distintas das nossas, vivências de mulheres. Éramos mulheres tentando construir, umas com as outras, saberes e modos de intervenções, visando a tecitura de redes de cuidados que promovessem, por uma via dialógica, autonomia, protagonismo e empoderamento para todas.

Passados os primeiros metros de nossa recém-inaugurada trilha, quando ainda estávamos monitoradas pelas conceituações, começamos a perceber vantagens em pegarmos os caminhos alternativos e nos autoguiarmos, a partir daquilo que encontrávamos. Apostamos que poderíamos encontrar terrenos mais férteis. Urgia desviar da rota, assim como redirecionar nossa visão e audição. Precisávamos caminhar, mas também olhar e ver, ouvir e

⁷ <http://www.agir.uff.br/>

⁸ Idem

⁹ Dizemos isto porque a universidade está sujeita as mesmas estruturas sociais, de modo a reproduzir lógicas hegemônicas vigentes.

escutar. E, para isso, lançamo-nos pelo território fluminense buscando estar com mulheres e, com elas, estabelecermos parcerias...

Primeiramente, buscamos parceiros interinstitucionais. Primeiro, instituições da atenção básica que, embora disponíveis a nos escutar, não conseguiam perceber as violências que se apresentavam, bem ali aos seus olhos. Depois, quase que como consequência de nossa trilha, buscamos nos envolver nas atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (CODIM) de Niterói - organismo da Prefeitura Municipal de nossa cidade, criado em março de 2003, que se constitui como espaço estratégico de incentivo aos demais órgãos municipais no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as mulheres - naquele tempo as voltas para a articulação da rede de atendimento à mulher.

Nós pretendíamos nos juntar a essas instituições não só para tornarmos nossa caminhada menos solitária. Tentávamos nos capilarizar e, nesse sentido, de duas, tornamo-nos muitas. Se a saúde foi eleita como sendo nossa primeira entrada – talvez porque a psicologia é uma profissão da saúde – depois nos deslocamos para outras políticas públicas como a assistência social e a educação. A parceria com a CODIM e com o Centro Especializado de Atendimento às Mulheres (CEAM), a participação em suas atividades e reuniões, nos auxiliou em pensar em estratégias para construir uma rede de atenção às mulheres.

Além disso, ressalta-se que ao ingressarmos nesses espaços, não sem dificuldade, pudemos contar com alguns profissionais integrantes de suas equipes técnicas que já estavam mais atentos às violências de gênero contra as mulheres. Alguns, não podemos deixar de mencionar, eram mulheres que, a despeito de serem profissionais, em seu cotidiano de mulheres viviam os enfrentamentos cotidianos, que vão desde a divisão sexual do trabalho, ao assédio e humilhação em seus lugares de trabalho.

Foi assim que pudemos começar a mapear, no nosso território, aquilo que se chama *Rede de enfrentamento à violência e promoção da cultura de paz*, lembrando que:

A promoção da cultura de paz, então, envolve a construção de estruturas e de relações sociais pautadas na justiça, igualdade, respeito, liberdade e na ausência de todo tipo de violência. Uma cultura de paz não preconiza a ausência de conflitos, mas valoriza o diálogo, a negociação e a mediação entre as pessoas e grupos como estratégia para a convivência e a resolução de conflitos. Por isso, muitas políticas públicas e programas que têm como objetivo a prevenção da violência estão articuladas e associadas à promoção da cultura de paz como forma de se contrapor à cultura da violência. (FERREIRA, 2012, p. 6).

Contudo, talvez, visássemos naquele momento algo bem menor, porém, bem mais específico: a consolidação de uma *Rede de atenção e cuidados a mulheres em situação de violência sexual no município de Niterói*.

A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude das sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico que se converteu num problema de saúde pública em muitos países. (OPAS, 1994, *apud* MINAYO, 2006, p. 51)

A violência de gênero é um problema social que afeta as populações e foi reconhecida, nos idos anos 90, como um problema de saúde pública, obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e violação de direitos humanos, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). (MENEGHEL *et al.*, 2011).

Não temos dúvidas que as violências de gênero são problemas de saúde pública dado ao seu impacto sobre a saúde dos indivíduos e das coletividades. Afeta a saúde porque “acarreta lesões, traumas, mortes físicas e emocionais” (MINAYO, 2006, p. 10), diminuindo, assim, a qualidade de vida das pessoas. Seus impactos, na vida das mulheres, atingem saúde física, psíquica, sexual, reprodutiva e laborativa, produzindo vulnerabilidades e insegurança.

Poder refletir sobre a violência contra a mulher, a partir de uma perspectiva de gênero, é resultado de um longo processo que contou com a participação fundamental do movimento feminista. É poder assumir que gênero, como nos conta Joan Scott (1991), é uma categoria útil à análise das sociedades, uma forma primeira de significar as relações de poder. Um elemento constitutivo de relações sociais, baseado em diferenças entre os sexos, que serve não só como meio de detecção das relações que são estabelecidas, mas também como meio de intervir sobre elas.

Sabemos que homens e mulheres possuem lugares distintos na sociedade. Isto é efeito de uma construção seletiva que, historicamente, promoveu desigualdades por intermédio da divisão sexual de papéis. Consequentemente, homens e mulheres devem se comportar e atuar em campos distintos, sendo os homens aqueles que ocupam posição de maior poder na sociedade. Esta organização social generificada e, por derivação, estratificada e hierarquizada, onde o poder concentra-se na mão dos homens - em especial, brancos, das elites, cisgêneros e heterossexuais - determina lugares para os homens e interdita outros para as mulheres, criando formas de exclusão, discriminação e violências, especialmente contra as mulheres.

O patriarcado, sistema social no qual homens adultos detêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades, leva as mulheres - também constituídas sob sua coerção - a reproduzirem o sistema o qual as silencia, fazendo com que achem que ser mulher é viver oprimida, silenciada e invisibilizada. Dentro do sistema, tudo que vivem lhes parece absolutamente natural, chegando ao extremo de se perceberem merecedoras das violências sofridas. No que tange à violência sexual, não é diferente, pois o patriarcado opera legitimando à violência sexual por meio da chamada cultura do estupro, ou seja, uma determinada maneira entranhada

na sociedade de se invisibilizar ou relativizar à violência sexual contra a mulher, quer seja ela sutil ou explícita.

Atualmente, encontra-se muito em voga discussões sobre a violência contra mulher e a cultura do estupro. Redes midiáticas exploram as temáticas, dando visibilidade aquilo que sempre esteve presente em nossas vidas, aquilo que alicerça e atravessa a nossa sociedade (patriarcal). A violência contra a mulher, legitimada pela cultura do estupro, é um fenômeno histórico e complexo, com números alarmantes, embora uma magnitude ainda invisível.

No Brasil, em especial, a violência contra a mulher tem se tornado cada vez mais, um problema crítico e insistente, apesar da institucionalização das demandas sociais que ocorreram nas últimas três décadas e possibilitaram significativos avanços em termos de implementação e efetivação de políticas públicas, como as Delegacias para Mulheres (DEAMs), a Lei Maria da Penha, Centros de Referência, Casas Abrigo, Normas Técnicas na Saúde, Disque 180, dentre outros.

Sobre o número de ocorrências de violência sexual no nosso país, as estatísticas “são um exemplo do subdimensionamento da magnitude da violência contra a mulher” (GARCIA, 2016, p. 453). A sua magnitude impressiona, apesar de sabermos que estamos diante de subnotificações, quer no sistema de saúde – o Sistema de Informação de Agravos de Violência (SINAN) – quer na Segurança Pública.

Ressalta-se que embora sejam sistemas distintos, não necessariamente são excludentes. Contudo, percebe-se que existe um descompasso entre o que acontece no âmbito da saúde e da polícia, assim como nos itinerários feitos pelas mulheres. Afinal, nem todas conseguem trilhar de modo a alcançar os devidos destinos – acessar os dispositivos de cuidado, assistência e proteção.

O Dossiê Mulher 2019 revelou que a violência sexual ganha destaque no estado do Rio de Janeiro, e que a cada dia, 12 mulheres foram vítimas deste tipo de violência, ao longo do ano de 2018, sendo registrados 4.543 casos. Este número é o de mulheres que conseguiram, cada uma de uma forma, ou a sua forma, procurar dispositivos da segurança pública. Contudo, sabemos que inúmeras mulheres, que já vivenciaram algum tipo de violência sexual, não chegam a registrar seus casos por diversas razões, bem mais estruturais do que individuais. Ou seja, pela perpetuação de processos sócio históricos, que se naturalizam na cultura, gerando privilégios e formas de dominação. (MINAYO, 2006).

Na saúde, a situação não é diferente, muito embora, neste contexto, o desconhecimento seja algo que dificulta o acesso das mulheres aos cuidados necessários pós-exposição à violência sexual. Mulheres, de fato, não sabem sobre a existência de

protocolos do Ministério da Saúde (MS) que objetivam minimizar os agravos físicos, sociais e psíquicos deste tipo de violência.

Desconhecem a necessidade urgente de se buscar uma unidade de saúde, o mais precocemente, dentro das primeiras 72h do fato ocorrido, para que sejam feitos exames, contracepção de emergência e quimioprofilaxia contra as IST/HIV. Isto porque, como sabemos, a violência sexual pode, além dos traumas físicos e psíquicos, ter como consequência gestações indesejadas, abortos induzidos, problemas ginecológicos, infecções sexualmente transmissíveis, suicídios e morte.

Mesmo com tantos agravos em saúde em cena, as notificações, via Sistema de Informação de Agravos de Violência (SINAN), ainda se mostram insuficientes para nos oferecer um panorama mais fidedigno da violência sexual no país e em nosso município.

A cisão existente (e talvez reforçada pela estrutura patriarcal) entre saúde e segurança pública é bastante antiga e merece aqui um esclarecimento. Em nossa sociedade, a violência sexual sempre foi considerada um problema de polícia, visto que fora considerado, durante décadas, crime contra os costumes. Levou décadas para que a violência sexual (estupro) pudesse ser tipificada no rol dos crimes contra a dignidade da pessoa humana, em consonância com o artigo 1º. da Constituição Federal de 1988. Contudo, este fato não foi capaz de alterar a estrutura vigente e fortemente alicerçada no poder policial, visto que são inúmeras as mulheres que buscam as delegacias de polícia visando “dar queixa” do fato ocorrido. E, se em certo sentido a segurança pública tem coisas a fazer, visando a resolução do crime ocorrido, ela pouco faz visando a mulher e sua saúde.

A mulher e sua saúde, física, social e psicológica, é alvo da saúde pública. Por isso, afirmamos que este é o primeiro destino que as mulheres expostas à violência sexual devem ter. Isso não significa que, posteriormente, a mulher não possa ir a um órgão policial explicitar o acontecido, mas é reafirmar que, no âmbito da saúde, as mulheres são não só consideradas autônomas, mas também protagonistas de suas vidas e dos itinerários que seguirão. O crime não é a questão mais central daquilo que está em cena, mas a mulher. E, neste sentido, precisávamos e ainda precisamos sustentar que a denúncia à revelia viola direitos, que fere, com atos institucionalizados, princípios de privacidade e autonomia, diminuindo as chances das mulheres de serem cuidadas, evitando agravos em saúde.

Por isso, entendemos que os serviços de saúde devem ser oferecidos em primeira mão, e a mulher encorajada/orientada acerca de tudo que há disponível para ela, não só a possibilidade de “queixar-se” na esfera policial sobre o crime vivido, mas também no contexto assistencial, jurídico e protetivo.

As especificidades que aqui expomos nos levaram à proposição da experiência em tecnologias sociais. O que as mulheres, niteroienses, teriam a falar das violências sexuais sofridas? Onde chegaram? O que pensam? Como fizeram/fazem para pedir ajuda e cessar a violência? Teríamos o importante papel de orientá-las acerca dos cuidados e das redes disponíveis? E, mais: como fazer para essa importante discussão retornar à sociedade?

Para tentar trilhar estes caminhos, precisávamos estar com elas, compor com elas e escutá-las, sempre! Precisávamos também recorrer às mulheres que, enquanto militantes feministas que nos antecederam, abriram caminhos para o nosso trilhamento. Elas, há tempos, não hesitaram em lutar por uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde mulheres não devem ser expostas a nenhum tipo de opressão, discriminação, violência ou violação.

COMPONDO COM MULHERES MAPAS E TRILHAS

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública de proporções epidêmicas no Brasil, embora sua magnitude seja em grande parte invisível. Este problema não pode ser tratado como se fora restrito a alguns segmentos, uma vez que permeia toda a sociedade brasileira. A prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher passam necessariamente pela redução das desigualdades de gênero e requerem o engajamento de diferentes setores da sociedade, para se garantir que todas as mulheres e meninas tenham acesso ao direito básico de viver sem violência. (GARCIA, 2016, p.454)

Para sabermos como eram oferecidos (e recebidos) cuidados para as mulheres de nosso município, precisamos nos encontrar com aquelas que têm seus corpos expostos dia-a-dia, em seus próprios territórios.

Como mulheres que pesquisam sobre violências de gênero, sabíamos, de antemão, que era possível que não alcançássemos a população como um todo. Achávamos que talvez fosse a temática em suas nuances, ou mesmo a relação que elas estabelecem com o campo dos direitos humanos. Mas, não podíamos imaginar que, para a maioria das mulheres que encontramos, em rodas de conversa nos dispositivos da atenção primária à saúde, quase nada estava, de fato, ao alcance delas. A falta de informação era, simplesmente, alarmante! E tanto quanto isto, ou até mais, era a dificuldade de chegar aos serviços, quer por medo, quer por ignorância.

Informações sobre os vários dispositivos que existem espalhados no município, em suas diversas áreas, assim como a necessidade de profilaxia para prevenção de gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis eram recebidas por rostos surpresos. Partimos daquilo que já estava efetivado enquanto política, visando vislumbrar a tecitura de uma rede mais articulada, viva, capaz de contagiar as mulheres. Tentávamos falar de algo que, para elas, parecia ser uma “boa-nova”.

Assim se passaram os anos, tecendo encontros com mulheres diversas em seus territórios. Rodas de mulheres abordando as violências de gênero e, em especial, a violência sexual contra as mulheres, foram realizadas e, pouco a pouco, criamos um clima de intimidade maior, onde mulheres – servidoras, trabalhadoras e usuárias - se puseram a falar. Paulatinamente, fomos também alargando nossos passos e colocando nossos pés em sistemas que também não conhecíamos, como os dispositivos do SUAS.

Em tempos de algoritmos, que tecem redes nas mídias e plataformas digitais, lá estávamos: Facebook, Instagram, sempre nos questionando *Por que também temos que falar de violência?*. Foi, então, que em dado momento, já tendo escutado muitas mulheres, surgiram outros questionamentos que nos movimentaram a voltar para a trilha, a apresentar uma nova versão de trabalho.

Se a rede, composta pelos dispositivos, objetivamente existe, é concreta, o que há para que ela não aconteça e não se apresente internalizada nas mulheres? Consequentemente, começamos a mapear tanto a trilha tomada como a rascunhar meios de continuar nossa caminhada com bússolas e cadências. Precisavam colocar nossas trilhas em contato com seus itinerários. Precisávamos compreender quais seriam as rotas reais que elas talvez fizessem em caso de terem sido expostas à violência sexual. Caminharíamos para descobrir como se dava a rede de cuidado como mulheres! Para isso, precisávamos ir a campo, mas não como pesquisadoras buscando informações.

Visitamos algumas instituições, como mulheres, cidadãs, buscando orientações. Procurando encontrar profissionais que pudessem nos informar o que deveríamos fazer “*just in case*”. E, como efeito, mais surpresas, mais desapontamentos, mais dúvidas.

Verificamos que havia, por parte de muitos profissionais, vontade em ajudar. Nomes como “acolhimento”, “atendimento humanizado” e “escuta qualificada” reverberavam nas vozes daqueles que estão na ponta. Pareciam compreender o propósito de nossa conversa. Quanto aos protocolos ministeriais e as regulamentações municipais, havíamos percebido pequenos indícios que eles não eram tão conhecidos assim pelos dispositivos nos quais estivemos. O que lhes faltava? Informação? Capacitação? Ou, quem sabe, uma compreensão mais fina sobre o que é a violência sexual, numa perspectiva de gênero?

Logo percebemos que necessitávamos entender os fluxos dos serviços na prática, refletir e, talvez, fletir o seu funcionamento junto à comunidade, visando, diante dos impasses e desafios, construir estratégias de articulações entre as esferas que integram a Rede de Enfrentamento à violência. Para isso, precisávamos agora caminhar em paralelo. Precisávamos entender, sistematicamente, e mapear, institucionalmente, a rede de atenção à

violência sexual do município. Isto, sobretudo, sem deixar de lado as próprias diretrizes das TS.

À medida em que íamos tentando encaixar as peças deste quebra-cabeça, ou mapear nossa estrada, percebíamos alguns furos e "nós" institucionais que precisavam urgentemente ser revisitados e revistos!

Para isto, buscamos uma parceria institucional que nos auxiliasse a compreender como o poder público lia os dados do município, os fluxos e os itinerários das mulheres. Para endossar o trabalho, passamos a frequentar as reuniões de vigilância e prevenção à violência. Com a aproximação desta importante estratégia da rede, o mapeamento sistemático pôde se dar. E, assim, começamos uma empreitada: a construção de uma cartilha interativa, com informações oficiais, na qual mulheres pudessem ter, em suas mãos, orientações sobre violências de gênero e os locais onde deveriam procurar caso as experienciassem.

Encontramo-nos, atualmente, em lugares bem distintos do início. Se estávamos perdidas, querendo mapas que nos dessem os caminhos exatos a seguir, pudemos, a partir do encontro com mulheres e instituições, traçarmos nossas próprias rotas. Talvez tenhamos, intuitivamente, corroborado a banda Francisco, el Hombre, que explicita, em sua canção *Triste, Louca ou má*: “Prefiro queimar o mapa/ Traçar de novo a estrada/ Ver cores nas cinzas/ E a vida reinventar”.

Contudo, a nossa inventividade, dando novas cores a nossa proposta, nos levou à aguda percepção de que as nossas trilhas, com tantas bifurcações e tantos desafios, são pesadas demais, e as de nossas mulheres, sem sombra de dúvidas, são rotas críticas! São mulheres que, além de violentadas, ainda necessitam enfrentar outras violências institucionalizadas.

CAMINHANDO POR ROTAS CRÍTICAS

Apesar de os indicadores qualitativos e quantitativos da violência sexual impressionarem por sua magnitude, os serviços de saúde ainda pouco conhecem o problema ou a importância de seu papel para o destino dessas mulheres. Algumas razões para isso são claramente identificáveis. Raros profissionais de saúde recebem, durante sua formação, conhecimentos mínimos sobre violência de gênero ou algum tipo de capacitação ou orientação para prestar atendimento. O setor saúde ainda encara o tema como questão de cunho policial, o que provoca certa paralisia pelo temor de envolvimento com a justiça. Além disso, prevalecem estereótipos e mitos que comprometem tanto os aspectos técnicos como os éticos do atendimento. (DREZETT & DEL POZO, 2002, *apud* DREZETT, 2003, p. 4).

Ao compormos com mulheres, estarecidas ficamos! Afinal, o município tem, de fato, uma série de serviços disponíveis para as mulheres chegarem, e eles compõem setores distintos, demarcando a possibilidade de se desenvolver práticas intersetoriais potentes.

Apesar disto, e dos esforços do poder público para a constituição e o fortalecimento desta rede intersetorial e multiprofissional, percebemos que ela ainda é bastante frágil.

A existência de locais de referência para o acolhimento de mulheres em situação de exposição à violência não garante que elas irão buscá-los. O patriarcado opera legitimando que violência sexual possa sempre existir para aquelas que, fugindo às normas, não são “belas, recatadas e do lar”.

Aliás, vale aqui fazer uma importante marcação sobre classe social no município. Em nossas andanças pela cidade, percebemos nítidas diferenças entre aquelas que poderíamos chamar de mulheres “mais pobres” - usuárias do SUS/ beneficiárias do SUAS, moradores de áreas periféricas – e mulheres “mais ricas” – usuárias de planos de saúde, moradoras de áreas mais nobres da cidade. Enquanto o primeiro grupo naturaliza a violência sexual, compartilhando experiências, ao menos, em nossas atividades, tornando-as pública (sem que isso necessariamente seja pedido de ajuda), o segundo, notoriamente, lança mão da negação enquanto importante mecanismo de defesa. (Não) há violência sexual! Para elas, isto é algo que não atravessa seus corpos, e se por acaso ocorrer, é por puro azar. Bastaria, então, ir à polícia!

Silenciadas pelo patriarcado, mas também pela lógica do que é privado, vivem a violência de forma individual, culpada e envergonhada, sem estabelecer nenhum tipo de relação com o que é do âmbito público, incluindo, a rede de serviços voltados à promoção de cuidados e garantia de direitos voltados a elas.

Neste sentido, vivem de forma tão marginal quanto o primeiro grupo, aquele que é dito marginal, por viverem à margem, por não poderem exercer sua cidadania. “Nunca imaginei que tinha isso tudo na cidade” foi uma frase bem repetida quando fizemos uma ação de grande porte em uma das praças mais movimentadas da área nobre da cidade.

Voltemos. Para que consigam chegar aos dispositivos, rompendo as amarras patriarcais, elas necessitam de orientações precisas, que possam dar coordenadas para os seus casos – singularmente - e possam atendê-las em suas demandas. Inicia-se uma outra grande confusão: como operar protocolarmente, a partir dos documentos e de normativas diversas, e, caso-a-caso, auxiliando a mulher a construir suas rotas de cuidado? Como garantir que as rotas não se tornarão críticas?

A percepção de que as mulheres expostas à situação de violência percorrem rotas críticas não é nova. Há algumas décadas, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) fez um estudo, que não contemplou o Brasil, visando compreender as Rotas Críticas percorridas pelas mulheres latino-americanas em situação de violência. Ou seja, intentavam compreender

o caminho percorrido pelas mulheres para romper com a violência e, inclusive, a sequência de decisões e ações tomadas.

O estudo sugeriu que a existência de serviços especializados, com sua atuação isolada, não evita a exposição da mulher a novas violências. Pelo contrário, as expõem ainda mais a outras violências. Constatou-se que, naquele tempo, existiam poucos recursos sociais, de saúde e comunitários efetivos para ajudar as mulheres a romper com situações de violência.

A rota crítica é um processo interativo constituído por fatores que impulsionam ou inibem tanto as mulheres afetadas e suas ações, como a resposta social então encontrada, que é determinante na rota. A tomada de decisão das mulheres é influenciada pela informação, pelo conhecimento, por suas percepções e atitudes, recursos disponíveis, experiência anterior, valorização da situação e apoios ou obstáculos encontrados (BARAGATTI, 2018, p. 2).

Além da dificuldade de acesso aos dispositivos institucionais da rede de enfrentamento à violência, revelou-se também como as instituições podem praticar, por ação ou omissão, a violência institucional, através de atitudes diversas, incluindo a má qualidade dos serviços ofertados. Dutra et al. (2013) são categóricos ao apontarem que mulheres brasileiras ainda continuam identificando a falta de apoio, a revitimização e a atitude preconceituosa por parte dos profissionais, que deveriam acolhê-las, como problemas recorrentes.

Esta violência pode ser identificada de várias formas: peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta, tempo, privacidade para os usuários(as); frieza, rispidez, falta de atenção, negligência; maus-tratos dos profissionais para com os usuários, motivados por discriminação, violação dos direitos, banalização das necessidades e direitos dos usuários(as). (PASSOS, 2019, p. 32).

Constantemente, no que tange às rotas críticas, as mulheres relatam que os agentes que delas deveriam cuidar, promovendo atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos, são exatamente aqueles que personificam a violência institucional, quando trabalham pela perspectiva do preconceito e das estereotípias de gênero.

A mulher teme, principalmente, não ser acreditada. Esse sentimento, aparentemente infundado, de fato se justifica. São incontáveis os relatos de discriminação, preconceito, humilhação e abuso de poder em relação às mulheres em situação de violência sexual (CREMESP, 2002, p.71).

Não nos resta dúvidas que cuidar da exposição à violência sexual contra mulheres convoca, além das próprias mulheres empoderadas de seus direitos e autônomas em suas decisões, o investimento do poder público na implementação de políticas públicas voltadas à mulher e na efetivação de práticas intersetoriais articuladas em redes, através, inclusive, de seus profissionais. Cuidar de exposição à violência sexual pressupõe empoderar mulheres e tecer redes, qualificadas, voltadas à promoção de cuidados, assistência e proteção.

Triste louca ou má/ Será qualificada/ Ela quem recusar/ Seguir receita tal /
A receita cultural [...]
Fêmea: Alvo de caça/ Conformada vítima/Prefiro queimar o mapa/
Traçar de novo a estrada/ Ver cores nas cinzas/ E a vida reinventar.
(Francisco, El Hombre).

Em Niterói, ao longo desses últimos anos (2015-2019), vimos a consolidação de parcerias que permitiram a articulação de uma rede composta por mulheres, dispositivos e universidade. Visando a construção de diálogos voltados à promoção de cuidados, através do empoderamento de mulheres e a tecitura da rede, o projeto em TS demonstrou a sua relevância. Contudo, ao desenvolvê-lo, nos deparamos com problemáticas diversas que estão longe de serem resolvidas, mas, por outro lado, encontram-se mapeadas. Uma delas remete ao papel da Universidade e à própria formação em psicologia – um novo campo aberto.

Foi deste encontro com as Tecnologias Sociais que nos deslocamos de um modo específico do fazer psicológico individual e, em certo sentido, associal, que não pauta a categoria gênero no escopo de suas práticas. A partir de um trabalho em TS, localizado, que pudemos fazer com mulheres algo que colocasse em cena a reciprocidade exigida (porém nem sempre alcançada na medida do necessário) entre sociedade e universidade - *locus* do saber.

Através do trabalho em TS, pudemos também, experimentar o sabor potente do fazer, em uma só experiência pesquisa e extensão, tomando-as como dimensões que se entrecruzam e geram uma nova possibilidade, novos caminhos.

O trabalho de atendimento à mulher em situação de violência pressupõe necessariamente o fortalecimento de redes de serviços que, tomando como base o território, possam articular saberes, práticas e políticas, pensando e viabilizando estratégias ampliadas de garantia de acesso, equidade e integralidade. Fazem-se necessários ainda investimentos constantes na sensibilização e na qualificação dos profissionais envolvidos na rede para que as mulheres sejam acolhidas e assistidas de forma humanizada e com garantia de direitos.

Por isto, ao falarmos de cuidar de mulheres, promover empoderamento e tecitura de redes, intentamos extrapolar o campo da saúde, onde a psicologia se situa e explicitar o conceito ampliado de saúde, que abarca uma importante dimensão social. Afinal, cuidar não se restringe apenas ao tratamento de ferimentos que se localizam em corpos biológicos. Cuidar, no âmbito das violências de gênero, pode demandar estratégias diversas, pela vida das mulheres!

O estar com mulheres, nesses últimos 4 anos, demandou muito mais do que simplesmente “estar”. Demandou a compreensão de que a dimensão social da saúde não pode ficar apartada, que desigualdades de gênero fazem (muito) mal à saúde. Obrigou-nos também a nos inserirmos nas políticas públicas, como mulheres-cidadãs, como mulheres-oprimidas

pelo patriarcado, como mulheres-da-universidade, ao mesmo tempo que, apenas, como mulheres.

Ao nos depararmos com a rede de atenção às mulheres em situação de violência sexual no município, percebemos que, neste monte de problemas acima referidos, havia algo que urgia: precisávamos (re)pensar a universidade, por definição, patriarcal. Precisávamos nos indagar o que queremos dizer quando afirmamos, com tanta veemência, que os profissionais não são qualificados. Afinal, onde eles se tornam profissionais senão nas Universidades, através de seus cursos de formação? Seria a capacitação responsabilidade única dos serviços?

Temos tentado auxiliar na sutura de algumas lacunas que se apresentaram, mas ainda não tivemos tempo para indagar, de forma consistente, qual é o papel da universidade neste processo separatista. Começou a parecer-nos muito pouco o que temos feito, pois, apesar de nos colocarmos em territórios, com as mulheres e instituições, a universidade ainda goza de seus privilégios. Ela é quem dá o tom daquilo que se chama de saber, fazendo nítidas diferenciações do que é saber acadêmico e saber popular. Produz dicotomias importantes, mas, por vezes, se esquece que saber é poder!

Assim, entendemos que não cabe apenas dizer que se colocar ao lado das mulheres, com elas, auxiliando a articulação de redes externas à Universidade seja algo que promova mudanças estruturais. Com certeza, o trabalho realizado mexe em coisas importantes, necessárias e fundamentais para a vida das mulheres. Mas, ele ainda não propõe formas de alterar a estrutura patriarcal que rege e opera no interior dos muros simbólicos da universidade, inclusive, através dos próprios currículos de formação – no nosso caso, de Psicologia.

Apontamos, através deste trabalho, que a experiência em TS mostrou um campo aberto à Psicologia. Contudo, para avançar, necessitamos marcar não só os problemas que se apresentam no âmbito do poder público, das instituições, dos profissionais. Isto é muito importante, mas, em certo sentido, escamoteia um ponto nevrálgico: qual é o papel da universidade enquanto reprodutora de uma ordem promotora de desigualdades? Como o poder patriarcal se capilariza nos espaços formativos? Não podemos esquecer que Niterói, além dos diversos dispositivos públicos disponíveis, conta com inúmeras universidades com cursos de graduação em psicologia... E, nem por isso, os profissionais estão mais capacitados.

Sabemos que nosso mapa rabiscado, posteriormente transformado em Cartilha Interativa em pdf.¹⁰, conjuntamente com serviços parceiros, auxiliam mulheres, pois estão disponíveis não só informações sobre gênero e violências de gênero, mas toda a rede de serviços disponíveis na cidade.

¹⁰Disponível em <https://1drv.ms/b/s!At9ijWePHI6-0yEpDZRvR4nvi0eP?e=GwAWra>

Aos nossos olhos, transformamos nossa experiência em uma ferramenta de utilidade pública, muito embora saibamos que algumas mulheres, infelizmente, não terão acesso à mesma, continuando marginalmente localizadas.

Para finalizar, entendemos, por este trabalho em TS, que não há modo mais fecundo para revisitar as bases que nos estruturam enquanto sociedade e inventar e intentar mudanças senão colocando o modo como a universidade produz conhecimento em xeque.

Se não pudermos generificar nossa forma de produzir conhecimento e nossas práticas profissionais, estaremos suscetíveis a psicologizar, normatizar e patologizar sofrimentos, tratando manifestações psíquicas como sendo de ordem puramente individual, como se o sujeito não se constituísse na cultura. Claro está que cada sujeito responde de forma singular as questões que lhes atravessam, contudo, não podemos minimizar como estas podem ser moduladas pela sociedade. Poder discutir a temática da violência de gênero na formação é também politizar o sofrimento.

Incorporar no processo formativo de psicologia a situação das mulheres na sociedade brasileira, enfatizando as violências a que estão submetidas, é reafirmar seu compromisso com os princípios que regem a profissão, fundamentados na Declaração de Direitos Humanos e que visam construir “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CFP, 2005, p. 7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARAGATTI, D. Y. et al. Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 26, e3025, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692018000100339&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Nov 2019.

BRUHN, M. M.; LARA, L. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 70-86, jul. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 Nov. 2019.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Nov. 2019.

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G.; LINDNER, S. R. Violência: definições e tipologias [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; — Florianópolis, 2014. 32 p. Disponível em <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/1862>. Acesso em 01 Out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP N° 010/05 Código de Ética, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE SÃO PAULO (CREMESP). Violência sexual e aspectos éticos da assistência. In: **Cadernos de ética em ginecologia e obstetrícia**. 2.ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina de São Paulo, 2002, 141p.

DIAS, L. da S. **O papel da Universidade no desenvolvimento de tecnologias sociais: um estudo de caso na UFPE**. 2017. 158 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25490>. Acesso em: 10 Out. 2019.

DREZETT, J. Violência sexual contra a mulher e impacto sobre a saúde sexual e reprodutiva, **Revista de Psicologia da UNESP**, n 2, p. 36-50, 2003. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1041>. Acesso em 2 Out. 2019

FERREIRA, F. R. A prevenção da violência e a promoção da cultura da paz: o papel da saúde pública. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10071>. Acesso em: 28 Set. 2019.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, Sept. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223796222016000300451&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 Out. 2019.

MENEGHEL, S. N. et al. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2011000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 23 Out. 2019.

MINAYO, MCS. *Violência e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em <http://books.scielo.org/id/y9sxc>. Acesso em 22 Out. 2019

PASSOS, R. L. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. 2019. 107 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)** - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069 a 1094, jan. 2008. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6666>. Acesso em: 10 Nov. 2019.

SOBRE AS AUTORAS

Paula Land Curi

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1994), mestrado em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, campus Niterói, desenvolvendo

atividades docentes e de gestão - Coordenadora de Curso de Graduação em Psicologia. Docente do Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGP) - do Departamento de Psicologia da UFF Niterói. Integrante do Comitê Gestor do Núcleo ABEP-RIO. Membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Experiência de trabalho com saúde perinatal, políticas públicas para mulheres e clínica (psicanálise). Pesquisa sobre estudos de gênero, políticas para mulheres, violências e seus efeitos. Interessa-se pela articulação entre essas temáticas e a clínica.

Carolina de Oliveira Armani

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - Niterói, desde 2014, com conclusão do curso prevista pra 2019.1. Atualmente volta seus estudos e interesses para a área de psicologia social e para área da saúde - tendo como foco as subáreas: saúde coletiva e saúde pública.

Lízia Paes Ramos Fiaux

Graduanda em Psicologia, Universidade Federal Fluminense

Julia Barreto Gonçalves Baptista

Psicóloga. Mestranda IFF/FIOCRUZ

Submetido em 29/02/2020

Aprovado em 02/03/2021

Publicado em 30/04/2021